

Avaliação de uma experiência de convivência com o semiárido no Vale do Pajeú, Pernambuco

Assessment of the experience of coexistence in semi-arid zones in the Valley of Pajeú, Pernambuco

E. T. M. Pontes

Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura-LECGEO, Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE

(Recebido em 20 de setembro de 2010; aceito em 25 de abril de 2011)

O semiárido brasileiro é, historicamente, marcado pelo discurso do combate à seca, o qual, por séculos, se manteve hegemônico. Nessa região, caracterizada pelas chuvas mal distribuídas e concentradas em poucos meses, as secas periódicas foram apontadas como o principal vetor que impedia o desenvolvimento. Assim, as políticas implementadas não tinham por finalidade a resolução do problema central - queriam 'acabar com a seca' para, assim, melhorar a situação de vida de sua população. Porém, nas últimas três décadas, entendeu-se que as secas não representam um entrave e que é possível conviver com o semiárido. Neste trabalho, observa-se que esse novo discurso evidencia a viabilidade econômico-social do semiárido, oferecendo material teórico e prático que desenvolva uma vida produtiva eficiente. Para isso, são necessários projetos nascidos dos saberes e práticas locais. Nesse contexto, nasceu o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC). Com essa perspectiva, fez-se um estudo de caso no município de Afogados da Ingazeira (PE), para compreender essas transições paradigmáticas a partir da atuação de um programa que se propõe a solucionar a questão do acesso descentralizado à água para a chamada "primeira água" (beber e cozinhar) nas famílias rurais do sertão.

Palavras-chave: semiárido, seca, cisternas, transições paradigmáticas, convivência

The Brazilian semiarid is historically marked by the discourse of drought combat, which for centuries has remained hegemonic. In this region, characterized by poorly distributed and concentrated rainfall in only a few months, periodic droughts have been identified as the main vector that impeded development. Thus, the policies implemented were not intended to solve the central problem, aimed to 'end the drought' to thereby improve the living conditions of its population. But in the last three decades, it was found that droughts do not represent an obstacle, and is possible to live with the semiarid. In this study, we observed that this new discourse highlights the economic and social viability of the semiarid, offering theoretical and practical material to develop an efficient productive life. For this, we need projects based on local knowledge and practices. In this context, emerged the Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC). Within this perspective, Afogados da Ingazeira (PE) case was the focus of this study, to understand these paradigmatic transitions from the program performance that proposes to solve the issue of decentralized access to "first water" (for drinking and cooking) in rural families in the hinterland.

Keywords: semiarid, drought, cistern, paradigmatic transitions, coexistence

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, parte modificada da Dissertação do Mestrado em Geografia aprovada em fevereiro de 2010, propõe-se a discutir as mudanças de paradigma em ocorrência no Nordeste brasileiro no tocante ao discurso do combate à seca *versus* a convivência com a seca. Nas últimas décadas vem sendo fortalecida e propagada uma maneira distinta no entendimento da realidade do semiárido nordestino. Inúmeros estudiosos argumentam a premência de conhecer a região tanto nos elementos naturais quanto na história de sua ocupação; porém, os anos finais do século XX trouxeram uma inovação, representada pelos aprendizados edificados a partir das experiências da sociedade civil organizada. Para além das teorias sobre alternativas, faz-se presente a avaliação dos resultados destas iniciativas principalmente por mostrar que a maneira como eram implementadas estava resultando numa profunda desigualdade.

Foi iniciada uma discussão entre o paradigma dominante do "combate" à seca, uma visão paternalista e emergencial, e o paradigma ascendente: a "convivência" com o semiárido, que não representa passividade, porém requer estrutura e conhecimento sobre o sertão nordestino. Hoje, este discurso não é mais nenhuma novidade - nem acadêmica, nem popular - embora falte muito para consumir a superação.

Os impactos sociais gerados pela precipitação pluviométrica espaçada no Nordeste semiárido – seca e semiaridez – são, historicamente, de um influxo negativo na sua população. Contudo, a seca no semiárido não explica todas as penúrias. Por trás dela persiste uma estrutura social nacional que procura manter essa situação de dependência e subordinação desde as políticas regionais centenárias que quase nada fizeram para integrar esse contingente de sertanejos na dinâmica de um desenvolvimento regional.

As secas no Nordeste já são retratadas há muitos séculos, como podem ser vistas nas obras de Alves (1953), Guerra (1981) e Ribeiro (1999). A estrutura política por trás do elemento climático com seus desmandos e interesses particulares é um elemento histórico que acompanha o cotidiano do nordestino e os temas voltados à questão da água são pontos polêmicos. São fenômenos que vêm se agravando com a tensão ambiental global e que caracterizam os modos de ocupação da região, limitando ou desenvolvendo uma estrutura beneficiada pelas políticas de combate à seca (ALVARGONZALEZ, 1984).

Até os dias atuais, são inúmeras as grandes secas ocorridas, quase sempre com consequências desastrosas, principalmente para as camadas populacionais mais pobres. Sua perpetuação, isto é, a indústria da seca (COELHO, 1985), permanece há muito tempo como assunto de vários debates, fóruns, publicações, campanhas políticas; tanto que a transposição do Rio São Francisco continua na ordem do dia.

Ano após ano, a cada novo governo, atribuiu-se à seca o elemento limitador ao desenvolvimento da região nordestina (CASTRO, 2005). As ações costumeiramente elencadas - distribuição de cestas básicas, frentes de emergência e uso de carros-pipa – são, quase sempre, insuficientes para sanar a demanda de água da população. Como consequência, a cada ano a dependência a essas medidas persiste, visto que são meramente paliativas. Essas ações apenas atenuam, por um curto tempo, a falta de água; contudo, não alteram a situação de quem mais padece com essa dificuldade (a população rural) e influenciam ainda as grandes aglomerações urbanas devido ao êxodo rural e o consequente aumento das periferias das grandes e médias cidades. Ao invés da melhoria da situação da população, o que se percebe é uma estagnação quando o assunto é dar novas possibilidades ao sertanejo de conviver em seu entorno peculiar.

Desde a redemocratização brasileira, em meados da década de 1980, uma gama de organizações com atuação no semiárido desenvolveu e acumulou experiências político-pedagógicas que são referências para as políticas públicas direcionadas a essa região do Brasil. Conforme Braga (2004) são conhecimentos cuja gênese está na articulação e no trabalho educativo com as populações, pautados nos conhecimentos e saberes gerados pelos moradores do sertão, resgatando tecnologias e relações com os ambientes naturais do semiárido. Tudo isso formata exemplos de convivência com a natureza semiárida, considerados por muitos socioeconomicamente inviáveis, mesmo tendo grande potencial natural e cultural.

Essas experiências, entretanto, precisam sair do campo “alternativo” e tornarem-se “alternativas”; isso sugere trabalhar para que as diversas maneiras de convivência se tornem políticas públicas, pois são propostas ancoradas na realidade e nas práticas da população do semiárido, com metodologia e estruturas apropriadas à região, levando em conta os potenciais socioeconômicos, ambientais e culturais (*op. cit.*, 2004).

É nesse cenário, onde as ações de combate à seca vêm dando lugar a um novo paradigma dos planos de convivência e mitigação dos efeitos dela, que está a questão central desta pesquisa. Afinal, conforme Pinto (2002, p. 401), “a seca não é um problema, a seca é um equívoco. A solução do equívoco da seca não será a supressão da seca, mas seu aproveitamento ecológico, econômico e estratégico”.

Cavalcanti (2003, p. 46) faz um apanhado dessas mudanças ao criticar as visões paternalistas e emergenciais do combate à seca e diz que “a perspectiva da convivência não significa passividade, mas, pelo contrário, requer uma maneira diferente de estruturar o conhecimento sobre o semiárido”.

Conviver no semiárido é crer numa proposta de sobrelevar a discrepância entre visão e realidade, sugerindo e implantando uma nova maneira de vida e produção sustentáveis contextualizadas a essa região (NÉRI *et al.*, 2004). Dentre as várias estratégias de convivência existentes, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido - Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC (ASA, 2003) vem se notabilizando por sua aplicabilidade e eficiência. A ampliação desse e de outros programas, e seus impactos na transformação da vida dos moradores das regiões semiáridas nordestinas, é algo que pode iniciar o processo de permanência das comunidades nas áreas rurais, potencializando uma elevação do seu nível de vida e sendo uma forma de combate, dentre as diversas existentes hoje, à exclusão sociocidadã (POCHMANN, 2004).

As transformações no semiárido nordestino, com a chegada do P1MC, merecem ser vistas e analisadas minuciosamente, para ter-se ciência de que possa haver uma atividade satisfatória a seguir para a solução de uma questão secular reclamada por milhões de pessoas – o acesso à água potável. Elas precisam, com muita brevidade, de ações que tragam efeitos práticos e duradouros. É a análise que esta pesquisa se propõe a fazer, com um estudo de caso, no município de Afogados da Ingazeira, no Vale do Pajeú – sertão pernambucano. Importante ressaltar que o P1MC tem como proposta solucionar a questão da “primeira água” que é aquela destinada, prioritariamente, para cozinhar e beber. Portanto, não é um

programa que venha solucionar toda a questão da água para a vida do sertanejo e nem dissolver todos os problemas sócio-econômicos relacionadas à água.

Compreendendo o papel do geógrafo, não se compartilha a ideia de que a seca explica o atraso no Nordeste. Por isso, este artigo tem por objetivos dar uma visão do processo da seca, mostrando faces da luta do povo sertanejo para superar os desafios históricos que a estrutura sociopolítica arcaica lhe impôs e impõe, trazendo contribuições ao estudo e entendimento da realidade do semiárido brasileiro.

Desse modo, foi levantado um referencial teórico conceitual partindo da noção de que, no *semiárido nordestino brasileiro* (AB'SABER, 1985, 1999; ANDRADE, 1987, 1994; FURTADO, 1967, 1986), as questões voltadas à problemática da seca foram por séculos marcadas por *políticas públicas* (CHACON, 2007; ORTEGA; MENDONÇA, 2007) voltadas ao “combate à seca”. Nas últimas décadas, todavia, vêm ocorrendo *transições paradigmáticas* (GALINDO, 2008; SILVA, 2008) que apontam não só que existem possibilidades de se conviver bem com o semiárido, como também que a *mobilização social* (DEMO, 2001; GOHN, 1997; RIBEIRO, 2008) é um grande modo para isso e, concretamente, com ações voltadas ao desenvolvimento local, articulando as redes (aqui se trata de estudo de caso: município de Afogados da Ingazeira), com programas (nesse caso particular, o PIMC) factíveis em sua concepção/operacionalização.

Assim, apoiada nos citados autores com larga experiência e credibilidade em suas áreas, a pesquisa teve por objetivo investigar o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais, na perspectiva do paradigma emergente da convivência com o semiárido, como um marco no processo de mobilização social na conquista de políticas públicas em Afogados da Ingazeira, sendo necessário corrigir deturpações e prosseguir na conquista da cidadania do povo sertanejo, levando-os à conquista da sua “primeira água”.

A justificativa para a escolha desse município se deu porque, em 1998, o então ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, durante o Fórum Paralelo à COP III, em Recife, tomando conhecimento das experiências com o manejo e captação de água de chuva no semiárido, comprometeu-se com um projeto piloto para a construção de 500 cisternas. Esse projeto foi realizado entre 2000 e 2001, com a construção de 500 cisternas, dentre as quais 40 foram feitas no Vale do Pajeú, sendo a grande maioria em Afogados da Ingazeira, um dos primeiros municípios a serem atendidos pelo PIMC.

A metodologia utilizada consistiu, primordialmente, em levantamentos bibliográficos sobre seca, semiárido, políticas públicas, mobilização social, transições paradigmáticas no semiárido nordestino e outros temas correlacionados; levantamento cartográfico da área estudada; visita a órgãos governamentais nas esferas federal, estaduais e municipais (SUDENE, IBGE, SRH, PDHC etc.) e não-governamentais (ONG's e OSCIP). Foram realizadas entrevistas com as instituições que estão direta ou indiretamente ligadas ao PIMC - a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), a Casa da Mulher no Nordeste (CMNE), a Diaconia, o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Afogados da Ingazeira - e com famílias da zona rural de Afogados da Ingazeira, que foram participantes (ou não) do processo de mobilização social desse Programa.

Assim sendo, este artigo faz uma análise crítica sobre as mudanças paradigmáticas no semiárido nordestino, particularmente em Afogados da Ingazeira, no Vale do Pajeú, onde, a partir dos anseios das comunidades, estão inseridas entidades, que buscam articular-se e, pela mobilização social, conquistar políticas públicas que permitam avanços nas condições de vida no contexto de semiaridez e também um novo modo de encarar esse lugar, não como um local de inospitabilidade (como taxado historicamente), porém com grandes potencialidades e expectativas.

2. O SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

Para melhor compreender os aspectos do semiárido nordestino, onde a pesquisa está inserida, é importante observar algumas questões como sua conceituação. De acordo com Ab'Saber são três as grandes áreas semiáridas na América do Sul: a diagonal seca do Cone Sul (Argentina, Chile e Equador), a região Guajira (Venezuela e Colômbia) e o Nordeste seco brasileiro, província fitogeográfica das caatingas, com temperaturas médias anuais constantes e elevadas, baixos níveis de umidade, incoerência de rios perenes nas drenagens autóctones, escassez e irregularidade das precipitações anuais, longos períodos de carência hídrica e solos parcialmente salinos (AB'SABER, 1985).

A região conceituada acima não é inabitada, por isso, dentro da perspectiva de sua população, Dias (2004, p. 15) compreende o semiárido: “como um sistema socioambiental complexo, onde se observam processos materiais de ordem física, biológica, simbólica, econômica, política e tecnológica”. No tocante à pluviometria, conforme Cirilo, Ferreira e Campello Netto (2007), o termo semiárido descreve o clima e as regiões onde ocorrem precipitações médias entre 250 e 700 mm anuais, com vegetação basicamente arbustiva - que perdem folhas nas estiagens - e pastagem que secam nestes períodos, que é o caso da caatinga, típica do Nordeste semiárido e exclusivamente brasileira. É uma área susceptível a severa degradação, pois, segundo a *United Nations Convention to Combat Desertification* – UNCCD (1997), nas

zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, onde alguns fatores, tais como as variações climáticas e ações antrópicas, há uma possibilidade desse fenômeno vir a ocorrer.

Mas a semiaridez em si não é constituidora de problemas. Em outras regiões da terra, como Califórnia (EUA) e Israel, o clima árido “não lançou suas populações em um estado de miséria” (RIBEIRO, 1999, p. 61). Segundo Pinto (2002), os oito ou nove meses de estio natural proporcionam repouso restaurador à terra e assepsiam o ambiente. Este autor reforça a questão da irregularidade das chuvas e cunha a expressão “semi-árido irregular (Sair)” (*op. cit.*, p. 19), para defini-lo como único no mundo a ter tal característica.

A região tem sido abordada, ao longo dos tempos, como uma questão a ser resolvida – a estigmatizada “região problema” – onde há um dos piores índices de desenvolvimento socioeconômicos do país (RIBEIRO, 1999; ANDRADE, 1998). E, desde muito tempo, são relacionados os problemas do semiárido e do Nordeste às questões da ‘escassez de água’.

3. SECA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

Do ponto de vista socioeconômico, segundo Macambira (2006), o semiárido é o espaço do Brasil onde é manifestado mais intensamente o fosso que separa a base econômica do crescimento demográfico. A economia, muitas vezes, se confunde através de atividades tradicionais com baixa eficiência e produtividade, chegando ao outro extremo com atividades dinâmicas, agroindustriais e a indústria propriamente dita. Para a maioria de sua população, o tipo da economia é vulnerável ao fenômeno das secas.

O fenômeno e a repercussão da seca são merecedores da preocupação e estudos de geógrafos, historiadores, economistas, antropólogos, engenheiros, políticos, enfim, do povo brasileiro. São várias as abordagens dadas a esse respeito. Para esta pesquisa, toma-se a análise de Souza e Medeiros Filho (1984) que destacam quatro enfoques: tradicionalista, tecnicista, ecológico e sociopolítico.

A abordagem tradicionalista tem uma concepção fatalista da seca. Para a construção dessa visão, contribuiu muito o relativo isolamento inter e intrarregional que viveu o semiárido nacional. A atuação desses fatores incutiu a ideia que o sertanejo está inexoravelmente subjugado ao clima, ou seja, “a seca é uma lei da natureza [...] um castigo de Deus [...] e cada seca que ocorre representa apenas mais uma etapa desta purificação” (*op. cit.*, p. 11-12). Para o sertanejo, resta-lhe plantar: colher não depende de sua vontade, mas da divina. Esse prisma é marcadamente místico, tanto para compreensão quanto para solucionar a questão da seca.

Na perspectiva tecnicista, o problema se resume à irregularidade das precipitações pluviométricas. Só existe seca porque não há água acumulada. Tendo-a em açudes, barragens e poços, tudo se solucionará. Essa visão se institucionalizou desde o império, passando por vários órgãos federais criados para ‘combater a seca’. É uma maneira cômoda de ver os problemas, pois os reduzem à falta de água acumulada e não aprofunda as questões sociopolíticas e culturais.

O terceiro enfoque é o ecológico, baseado no ecodesenvolvimento (historicamente esse conceito foi discutido, aprimorado e atualmente suplantado por Desenvolvimento Sustentável que supõe um equilíbrio entre o ambiente natural e a sociedade). Os seguidores deste ponto de vista procuram a razão das secas na destruição da flora nordestina nos últimos séculos, sem nada lhe restituir, assim como dos recursos naturais, de uma maneira mais abrangente.

A quarta concepção – sociopolítica – é aquela que compreende a seca não como fenômeno climático simplesmente, mas como fator social de inúmeras implicações. Além desses quatro pontos, é mister acrescentar um outro: a mudança de paradigma no semiárido, ou seja, as transições do combate à seca à convivência com a seca, abordadas a seguir.

4. TRANSIÇÕES PARADIGMÁTICAS: DO COMBATE À SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NORDESTINO.

Em sua análise sobre transições paradigmáticas no semiárido, Galindo (2008) avalia que as políticas do governo brasileiro no semiárido nordestino foram pautadas por estratégias de combate à seca, sendo essas o principal fator que determinou o subdesenvolvimento da região. E isso é claro com a criação da IOCS (posteriormente DNOCS), em 1909, que mesmo tendo relevância pelos estudos pioneiros realizados no semiárido, suas ações se pautaram na construção principalmente de estradas e açudes. O DNOCS “foi orientado pela ideia hegemônica de que se deve combater a seca, que marca inclusive o nome do órgão” (*op. cit.*, p. 25). A ideologia por trás das ações do DNOCS era combater o ambiente ‘inóspito’ do semiárido. Essas atuações apregoavam o pensamento no qual o semiárido é inadequado para o trabalho rural e, para nele viver, é necessário intervir e modificá-lo.

A partir da década de 1960, com a criação da SUDENE, a ideia era propor soluções econômicas que revertessem as diferenças entre o Nordeste e outras regiões mais desenvolvidas do Brasil. Mas as ações não se voltaram para as áreas rurais, que ainda consideravam o semiárido como ‘muito vulnerável’ aos fenômenos climáticos e os investimentos na agricultura familiar ficaram restritos às “políticas emergenciais e compensatórias de ataque aos efeitos da estiagem” (*idem*, p. 29).

A autora ressalta que muitos estudos desconsideram as antigas inviabilizações atribuídas ao clima semiárido. Porém, o assunto perpassa a questão meramente ambiental. O pensamento difundido de terra seca e populações maltratadas ratificou uma ideia voltada ao combate à seca e as estratégias têm orientado ações dos governos que produzem um círculo vicioso “no qual interesses econômicos das elites regionais orientam os investimentos para área, mantendo à margem das políticas, agricultores familiares” (*idem*, p. 35).

Outro ponto muito importante é como os sertanejos veem suas vidas relacionadas com o discurso da seca, isto é, a dimensão simbólica que foi criada. E isso não pode ser relevado nas estratégias da convivência com o semiárido. Estratégias essas que vêm sendo difundidas e postas em prática por diversas entidades que não compactuam com o ‘combate’ e consideram crível a convivência, tendo como protagonistas as famílias agricultoras ao invés dos antigos coronéis e latifundiários.

Baseada em suas pesquisas no semiárido nordestino, a autora considera uma questão inovadora nas estratégias de convivência a redescoberta de que já existe nas famílias agricultoras um processo endógeno de inovação técnica manifesto na difusão dos conhecimentos e criação de procedimentos e instrumentos. Contudo, a dinamização desses processos precisa ser cada vez mais articulada. Uma dessas estratégias está no investimento para com a agroecologia e policultura; nas propostas de políticas públicas que garantam a sustentabilidade; no manejo alimentar dos rebanhos e em novas opções de crédito que não estimulem apenas a monocultura e a criação de uma espécie animal somente.

No tocante ao uso dos recursos hídricos, Galindo destaca os avanços das alternativas de captação e manejo de água de chuva no semiárido, em suas diversas formas, notadamente o Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC, que, da maneira como é gerido pela ASA, diferencia-se dos programas precedentes pela associação da construção da cisterna com a discussão a respeito da convivência com a região.

O paradigma da convivência também difere, historicamente, no tocante à gestão, pois apenas o Estado orientava as políticas para o semiárido, com o viés do combate. Nas últimas décadas, as organizações da sociedade civil ganharam espaço orientando-se pelo conceito da convivência e têm conseguido ganhos nas políticas públicas para o semiárido. Nas estratégias de convivência, essas organizações atuam na concepção de que assessorias técnicas, diferenciadas das estratégias de combate, devem lidar compreendendo a realidade na qual se inserem as famílias agricultoras e em sua transformação.

Dessa forma, Galindo considera que o processo de transição paradigmática no semiárido é fundamentado não pela fragilidade e drama das secas e sim pela atuação política contra a dependência dos sertanejos. A não-reprodução dessa situação é um ponto crucial, aliado à desarticulação do discurso conformista - ou determinista, como diria Ribeiro (1999) - engendrando organizações que trabalhem na melhoria da qualidade de vida dos sertanejos, com ações viáveis e eficientes.

O segundo autor a ser trabalhado não diverge de Galindo, outrossim, complementa-a com suas análises. Roberto Marinho Silva (2008) propõe uma chave de leitura baseada no tripé do conhecimento (saberes e tecnologias), economia e política. Nesta tríade, pode-se identificar e compreender o crescente pensamento sobre a realidade do semiárido e as alternativas propostas. Estas contribuições estão sendo cada vez mais resgatadas e fortalecidas principalmente após o advento das questões ambientais e da valorização da cultura local, fundamentando a construção de diversas alternativas de desenvolvimento para o semiárido.

Desenvolver alternativas para a satisfação de necessidades básicas para a vida com conforto e felicidade advém da capacidade criativa e criadora do ser humano. Conhecimentos acumulados possibilitam o desenvolver e o sistematizar de práticas, métodos e instrumentos facilitadores para várias atividades de modificação de um espaço, ou seja, “trata-se de um processo cultural, contínuo e construtivo, de realização das capacidades humanas” (*idem*, p. 151). É a visão moderna sobre a ciência e a tecnologia, como instrumentos desenvolvidos pelos homens para a promoção do progresso, que orienta as tecnologias na convivência com o semiárido.

A importância da ciência e da tecnologia, que buscam superar limites ao desenvolvimento econômico e social, encontra raízes há muitos séculos. Os avanços tecnológicos refletem a capacidade de conhecimento e controle sobre fenômenos naturais, seja produzindo ou modificando o ambiente onde se vive. De certa forma, faz-se comparação entre a evolução das civilizações, podendo-se distinguir as “modernas” das “tradicionais”.

Entender cientificamente os fenômenos naturais era a intenção “para solucionar o problema das secas a partir do controle ou correção da natureza” (*ibidem*, p. 151). A engenharia hidráulica para armazenar água no semiárido catalisou a visão de combate à seca. Essa água teria como meta manter os animais, a

produção agrícola, o abastecimento humano e energético. A açudagem foi tida como a solução fundamental para os problemas, relegando outras soluções apresentadas. Esse armazenamento de água desenvolveu o pensamento da modernização econômica baseada na agricultura irrigada, que foi revalorizada como uma maneira de contornar as limitações de um fator de produção imperativo ao desenvolvimento das culturas agrícolas. O resultado foi a acumulação de riqueza nos polos agroindustriais da região e assim “foi criado mais um mito de que no semiárido tudo se resolve com irrigação” (*idem*, p. 152). As obras hidráulicas, com todas as suas vicissitudes, foram planejadas e executadas desconsiderando-se a integridade entre o meio ambiente e, principalmente, entre os interesses do sertanejo, estando vinculadas para a produção agrícola irrigada de grande potencial econômico.

O pensar crítico a respeito da política de combate à seca é uma análise ao modo de acreditar nas soluções tecnológicas descontextualizadas. Nas últimas décadas, há uma mudança de enfoque, com ênfase na necessidade e também na possibilidade de uma contextualização dos conhecimentos científicos e das alternativas tecnológicas fazendo um vínculo entre as dimensões da realidade, seja ambiental, social, cultural, política e econômica e a ampliação das finalidades de atuação ou como Silva apresenta o pensamento de Guimarães Duque: o progresso tem a cor da região na qual ele surge. Aos cientistas, a função de clarear o caminho e abrir brechas nas soluções de problemas que surgem e apontar os meios de superar os percalços locais.

A busca pelo progresso tornou-se um objetivo que mobiliza a sociedade, porém sobrepondo a economia a outros valores éticos. No campo político, a tecnologia pode ser utilizada para propósitos da emancipação humana em suas necessidades fundamentais ou instrumento de dominação e controle das pessoas e assim limitar suas capacidades criativas. Nisso, a capacidade dos detentores das tecnologias de exercerem suas lideranças tem um peso gigantesco. Vê-se, no semiárido, a utilização desse imperativo controlando o processo de trabalho, desqualificando os trabalhadores, aumentando a produtividade sem com isso distribuir seus benefícios.

Assim, o autor citado aponta a necessidade do desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias contextualizadas que suplantem as deficiências tecnológicas como alternativa para o desenvolvimento do semiárido, ampliando o conhecimento dos recursos naturais da região, através de intensos estudos do meio e desenvolvimento de técnicas adaptadas à semiaridez, sem com isso deixar de reconhecer as características climáticas da região, isto é, a seca como uma característica natural, embora as suas consequências relacionem-se aos fatores socioeconômicos predominantes na região. Essas tecnologias apropriadas devem refletir uma reaproximação da ciência com os saberes e realidades locais, orientadas pela finalidade social do desenvolvimento.

Didaticamente, a convivência com o semiárido, para Silva, conjuga três componentes:

- É um resgate do pensamento crítico sobre o combate à seca e a modernização conservadora, que imprimiram uma marca no modo de intervenção do poder público no semiárido e que se acumula há mais de 100 anos.

- É uma visão contextualizada da transição paradigmática das propostas de desenvolvimento, fazendo uma interpretação da sustentabilidade e reconhecendo as potencialidades e fragilidades dos ecossistemas locais.

- É a expressão do novo projeto político para o semiárido, cujos protagonistas são um conjunto de organizações da sociedade civil, que se fundamentam nos conhecimentos e vivências tecnológicas, produtivas e socioeducativas inerentes ao semiárido, na luta por ampliar espaços públicos decisórios e formular políticas públicas.

Nesse contexto de convivência, chega-se ao Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido - Um Milhão de Cisternas (PIMC) cujos advento e influência no Vale do Pajeú foram analisados neste trabalho. Na sequência, será mais detalhado este programa.

5. O PIMC

Diversas iniciativas conjugam o PIMC, mirando a mobilização social e constituição da cidadania. Além das cisternas propriamente ditas, as iniciativas fazem parte de uma realização mais abrangente: encontrar alternativas para a falta de organização e de recursos, notadamente hídricos, na região semiárida. Não se trata de assistencialismo, “que desfaz a noção essencial de direito e de cidadania, recriando a miséria sob a forma de tutela” (DEMO, 2001, p. 11), e nunca vai à raiz do problema.

Entende-se que o PIMC encontra respaldo nos princípios para engajar os setores da sociedade na busca pelo desenvolvimento sustentável politicamente viável, elaborados por Cavalcanti (2001), cujos três parâmetros deveriam ser levados em consideração: educação, gestão participativa e diálogo de *stakeholders*. A participação eleva o envolvimento da população, criando não apenas expectativas como também um sentimento de responsabilidade quanto às escolhas feitas.

Prioritariamente, os beneficiados do P1MC são as famílias agricultoras moradoras na zona rural dos municípios do semiárido, sem fonte de água potável nas redondezas ou com precariedade nas fontes existentes. A demanda das famílias residentes na zona rural do semiárido brasileiro sem acesso a rede pública de abastecimento de água é enorme, atingindo cerca de cinco milhões de pessoas.

Após a análise das famílias mais desprovidas desses quesitos, são selecionadas aquelas que irão receber o programa, de acordo com a capacidade do orçamento disponível pela Unidade Gestora Microrregional (UGM), fundamentado em alguns componentes que seguem uma ordem prático-metodológica: o processo de mobilização, onde são formadas as comissões (municipais, executoras e comunitárias), seleção e cadastro das famílias que receberão as cisternas; capacitação, que é a formação continuada das equipes técnicas, agentes multiplicadores, pedreiros e habilitação de jovens em confecção e instalação de bombas manuais e a construção das cisternas propriamente ditas, envolvendo as famílias e equipes técnicas desde a demarcação do local até a construção, normalmente concluída em cinco dias.

A construção das cisternas via P1MC tem vários financiadores, sendo majoritariamente o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Os recursos, porém, estão bastante defasados em relação às metas iniciais. O MDS investiu R\$ 364,5 milhões entre os anos de 2003 e 2008 no P1MC. Pelo balanço deste citado período foram construídas 200.000 cisternas. Mas os últimos números da ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro) indicam que até 30 de dezembro de 2010 foram feitas 322.000 (ASA, 2011).

A ASA é responsável pela captação dos recursos através dos financiadores, mas como não é pessoa jurídica, foi necessária a criação da Associação Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (AP1MC), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com o objetivo de gerenciar o P1MC. Os municípios do semiárido foram agrupados em Unidades Gestoras Microrregionais (UGM) e cada UGM é gerida por uma entidade.

Afogados da Ingazeira está inserida na UGM Vale do Pajeú, com mais outros 12 municípios. A Diaconia foi responsável pela implementação do P1MC nessa UGM, sendo financiada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar entre março de 2004 e novembro de 2007. Porém, desde 2008, a Casa da Mulher do Nordeste (CMNE) passou a ser UGM do Vale do Pajeú e o MDS é o principal financiador.

Embora haja uma linha de trabalho cada UGM se adequa à realidade local. Em Afogados da Ingazeira, o processo de mobilização para o P1MC é feito a partir das experiências das diversas associações comunitárias já existentes no município. Em geral, cada "sítio", como são chamadas as comunidades, tem suas lideranças e essas reúnem frequentemente representantes das famílias que queiram participar das atividades das associações.

A mobilização se dá em vários momentos, desde o cadastramento e seleção das comunidades pelas comissões municipais, passando pela capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, bombas manuais, acompanhamento e avaliação das atividades. Ocorre um momento especial, em dois dias, que é a capacitação em gestão de recursos hídricos, cidadania e educação ambiental voltada para a convivência com o semiárido.

Nesse período, são tratadas questões prosaicas e procedimentos metodológicos tais como: apresentação dos representantes das comunidades; levantamento das expectativas; contextualização a respeito da ASA/P1MC/UGM/CMNE; reflexões sobre a questão da água; conhecimento da realidade e desmistificação do semiárido como área ruim de viver; despertar para as possibilidades de convivência com o semiárido; comentários dos atores envolvidos; abordagem sobre interesses econômicos da água; análise das fontes de água da comunidade e dificuldades de acesso; explanação sobre ciclo, precipitação, pluviometria, captação, evaporação, armazenamento, poluição e contaminação da água; gerenciamento da cisterna; saúde e prevenção de doenças; educação pela água; políticas públicas e cidadania; importância do Programa Saúde da Família no P1MC, dentre outros assuntos pertinentes.

Como parte do processo de mobilização também há uma busca de valorização da cultura local, mostrando a imagem positiva do semiárido, com desenvolvimento de material pedagógico e informativo para as famílias e comunidades envolvidas. Ressalta-se que, além dos momentos de encontro, fica para o dia-a-dia um conteúdo sobre a importância da convivência no semiárido. Como visto nas visitas às famílias rurais de Afogados da Ingazeira, a circulação desse material informativo tem sido eficiente notadamente no tocante ao cuidado com a água da cisterna e no seu uso consciente, inclusive aproveitando bem as sobras quando estas ficam totalmente cheias.

Uma cisterna, de forma geral, é um reservatório abaixo do nível do solo onde se conserva água. Já cisternas de placas do P1MC são reservatórios semienterrados. São construções de baixo custo que utilizam técnica simples, têm uma forma cilíndrica e são cobertas. Seu funcionamento presume a captação de água da chuva, por meio do telhado da casa, escoando pelas calhas, até o reservatório cuja capacidade é de 16 mil litros.

Para a realidade do semiárido, o formato desenvolvido é eficiente por sua durabilidade. Isso ocorre por seu formato circular. Pela experiência da Diaconia, uma cisterna de tijolo, por mais bem queimado que seja, contém sais e estes se decompõem, desmanchando-se. Com o cimento, não tem esse problema, pois endurece com água. Se a cisterna fosse quadrada, a água se apoiaria nos cantos, criando força e o índice de rachadura seria muito maior. No armazenamento circular, a água não tem onde se apoiar e o seu peso é distribuído.

O PIMC pode ser entendido como uma expansão das experiências de variadas organizações sociais que, por muitos anos, vêm atuando nas comunidades locais no semiárido, visando soluções salutares para sua convivência. Mais do que a mera captação da água da chuva, a experiência é próspera por permitir e facilitar a chegada de um processo de organização e mobilização social e de formação para a gestão dos recursos hídricos. Isso só é possível com um contínuo trabalho entre os diversos atores envolvidos, desde as mais difusas famílias do semiárido, que se unem nas associações de moradores, essas famílias com outras entidades, ONG's e governo buscando uma organização social onde as políticas públicas sejam voltadas para soluções definitivas.

Uma vez apresentadas e entendidas as origens, as premissas, a metodologia, os anseios e também as dificuldades enfrentadas pelo PIMC, serão discutidos detalhadamente, a seguir, os resultados e as discussões das atividades de campo em Afogados da Ingazeira.

6. AVALIAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO VALE DO PAJEÚ – SERTÃO PERNAMBUCANO

A área desta pesquisa é o município de Afogados da Ingazeira, por ser um dos berços do PIMC e pertencer a uma microrregião palco de inúmeras lutas e conquistas comunitárias, onde existe uma gama de entidades em processo de articulação, buscando condições de cidadania para seus habitantes.

O município está situado na microrregião Sertão do Alto Pajeú (Figura 01), conhecido como Vale do Pajeú. Pertence a Pernambuco, estado esse com uma área de 98.311,616 km², perfazendo em torno de 7,5% do Nordeste. Afogados da Ingazeira na qual pode ser localizada a: - 7°45'00'' de latitude e - 37°40'00'' de longitude (BRASIL, 2007b).

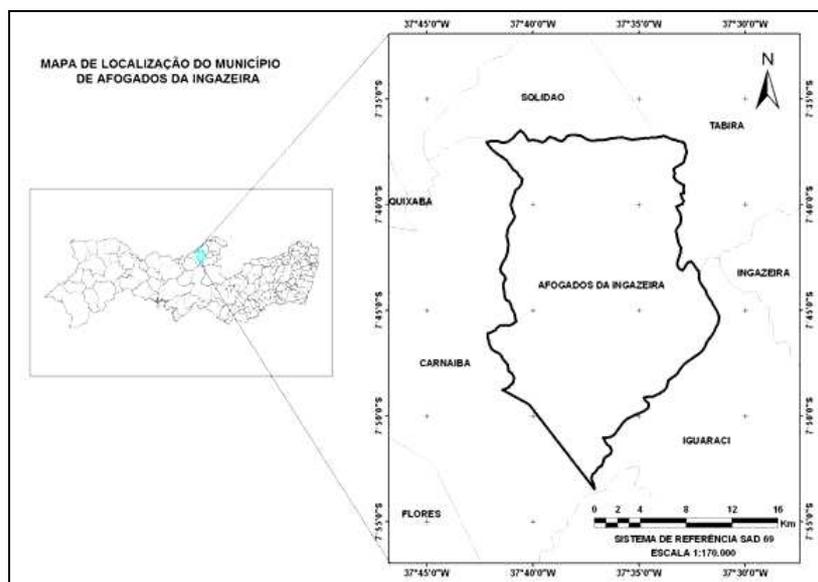


Figura 01: Mapa de localização do município de Afogados da Ingazeira em Pernambuco

Fonte: Brasil, 2003. Adaptação: o autor, 2009

Inicialmente, dois dos grandes problemas identificados no PIMC na UGM de Afogados da Ingazeira são: a lentidão e a burocracia na liberação das verbas por parte do governo federal nos termos de parceria feitos com a ASA, pois nem 30% do total previsto foram cumpridos. Em 2008 e 2009, 30 cisternas foram direcionadas para Afogados da Ingazeira, conforme atestou Geneildo Alves, da CMNE, atual UGM desse município. É pouco, considerando os milhares de famílias agricultoras ainda sem cisterna.

O PIMC presume a realização da contrapartida das famílias. Contudo, a descontinuidade da participação pode ser atribuída ao fato de os indivíduos terem sofrido esse processo de exclusão por um poder de fora ou por autorrecusa. Nas entrevistas em Afogados da Ingazeira (foram entrevistadas 88 famílias rurais em variadas comunidades desse município), a questão endógena foi percebida à medida

que algumas famílias abdicavam de participar da mobilização do PIMC, deixando de ter sua cisterna por autorrecusa, argumentando não querer cavar o buraco da cisterna; não querer e/ou não poder oferecer refeições para os dias em que os pedreiros trabalhassem; não querer se envolver na mobilização. Algumas esposas lamentavam, porque os maridos só queriam beber cachaça, não participavam das reuniões, tampouco permitiam a participação delas. Assim sendo, percebeu-se que as famílias que manifestaram essas questões apreciam e aprovam a presença e os benefícios trazidos pelo PIMC, mesmo algumas tendo certas dificuldades para aderir, por motivos particulares, o que não descaracteriza a proposta inicial da participação e mobilização.

Foi perguntado sobre possíveis problemas nas cisternas e as respostas foram variadas. Os principais citados foram as rachaduras, que fazem a água vazar, principalmente nas emendas das placas, comprometendo o enchimento de algumas cisternas. A causa considerada por muitos foi certo descuido na construção da cisterna. Além das fendas nas placas, raízes de plantas prejudicam as cisternas, rachando-as por baixo.

Em entrevista, procurou-se saber das lideranças da Diaconia e da CMNE a explicação para esse problema de rachadura. As respostas foram peremptórias: cisterna não é para rachar. Há, contudo, problemas durante a construção. O buraco da cisterna deve ser cavado por igual, porém alguns pedreiros cometem o equívoco de cavar um lado para somente depois cavar o outro e poderá ser encontrado um afloramento rochoso, comum nesse município, que impeça ou dificulte a escavação.

Os estudos de Gnadlinger (1997) em diversas UGM's sobre o PIMC apontam mais razões para as rachaduras como a tensão provocada pela água fria que, ao entrar repentinamente em uma cisterna seca e aquecida, pode rachá-la, por isso nunca se deve deixar a cisterna seca. O autor recomenda ainda que as cisternas sejam pintadas de branco anualmente, para refrear o seu aquecimento.

Outra queixa apontada foi quanto aos canos. Muitos entrevistados disseram que os canos são de baixa qualidade, quebrando facilmente, o que faz com que eles tenham que comprar logo outros mais resistentes, como disse o entrevistado: “os cano que vem num serve pra nada, não dura um ano, num presta não. Agora eu troquei e botei uns forte que não quebra mais não. Tá aqui, inté hoje” (Antônio, entrevistado em junho de 2009).

A Diaconia considera que a retirada dos canos é uma condição *sine qua non* para que os canos tenham durabilidade. Em geral, quebram ou racham devido a sua não retirada pelos moradores durante o período de estiagem, pois são de PVC. Em entrevistas, percebemos que essa realidade é presente em dezenas de domicílios visitados cujos moradores afirmavam não retirarem os canos.

Outro problema bastante citado foi em relação à qualidade das bombas, que em pouco tempo não serviam mais. Lideranças da Diaconia e da CMNE concordam que as bombas utilizadas realmente não eram as mais adaptadas. Porém, admoestam o comodismo de algumas famílias que não ajeitam nenhum defeito que apareça nas bombas ou na cisterna, em geral. Esse problema, de acordo com entrevista feita com os coordenadores, está sendo corrigido pela atual gestora municipal em Afogados da Ingazeira, a CMNE, ou seja, as bombas tradicionais de ferro estão sendo substituídas por outras de PVC, consideradas em testes mais duradouras e adaptadas à realidade do PIMC e que é necessário uma educação contextualizada mais atuante, principalmente neste quesito: a participação efetiva e não somente a espera por decisões verticalizadas.

Com isso, um gráfico sintético dos problemas detectados nas entrevistas resume as principais queixas (Figura 02):

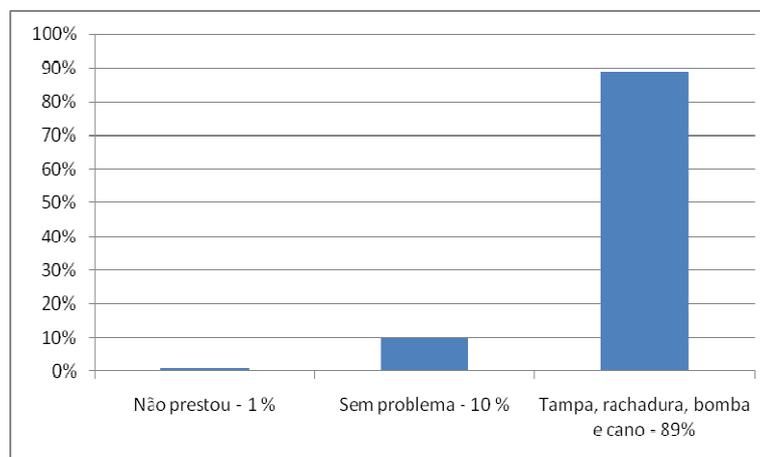


Figura 02: Problemas citados

Fonte: Pesquisa direta, 2009

Sobre os problemas encontrados, pode-se considerar que, embora haja uma procura pela excelência, nem sempre existe um controle de qualidade na construção das cisternas, o que gera rachaduras. A compra de material de qualidade duvidosa ou inadequada para as finalidades pretendidas também ocasionou certos problemas, como nas reclamações das famílias em relação às calhas e bombas. Fica o questionamento sobre a possível passividade de algumas famílias que apenas aguardam a UGM para fazer a manutenção das cisternas, fato que, dentro de uma contingência tão diversa, é consideravelmente aceitável, revelando que é necessário, cada vez mais, intensificar a educação para a convivência com o semiárido, que inclui entender, compreender e participar no cotidiano de ações para sua própria melhoria de vida. É um processo longo e demorado, sobretudo devido ao sabido descaso educacional em que se encontra, há séculos, nosso país.

Outra pergunta do questionário era sobre o local onde os moradores retiravam água antes de terem as cisternas e qual a qualidade dela (Figura 03). As respostas foram diversas, mas ficou compreendido que, em geral, as famílias que moravam próximas à sede municipal iam pegar em chafarizes ou, quando podiam, compravam de carro-pipa; para as casas mais próximas do rio Pajeú, quando esse escoava, torna-se a fonte de água; para as famílias mais afastadas da sede municipal e do rio Pajeú, as fontes eram barragens, poços ou pequenos riachos.

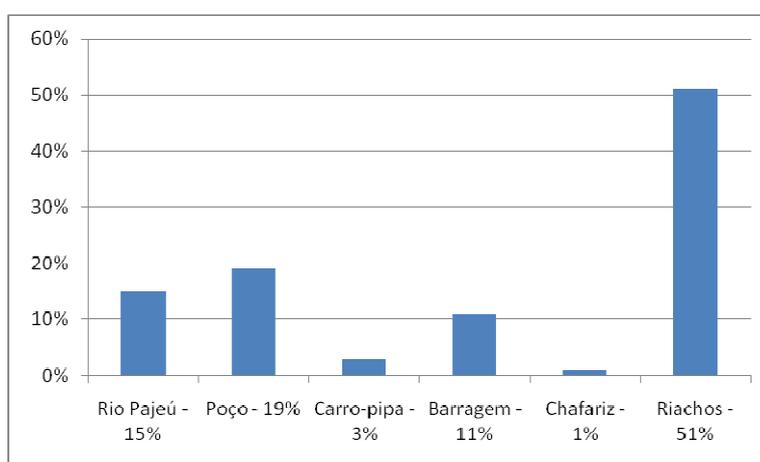


Figura 03: Fonte de água anterior à cisterna
Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Sobre a qualidade da água, as respostas foram em sua grande maioria categóricas: ruim (Figura 04) ou como enfatiza uma moradora de Sítio Umurana “era sal vivo”. Além disso, as famílias enaltecem os predicados da água da cisterna, como no depoimento de Francisca, do Sítio Santo Antônio II: “é água boa, vê água mineral”. Mesmo assim, foi encontrado quem não gosta, como uma sertaneja do Sítio Umurana, que disse: “tenho nojo das águas das telhas. Bebo, mas tenho nojo”. Também foi muito comentado pelas mulheres o fato de não precisarem mais ir tantas vezes e tão longe buscar água.

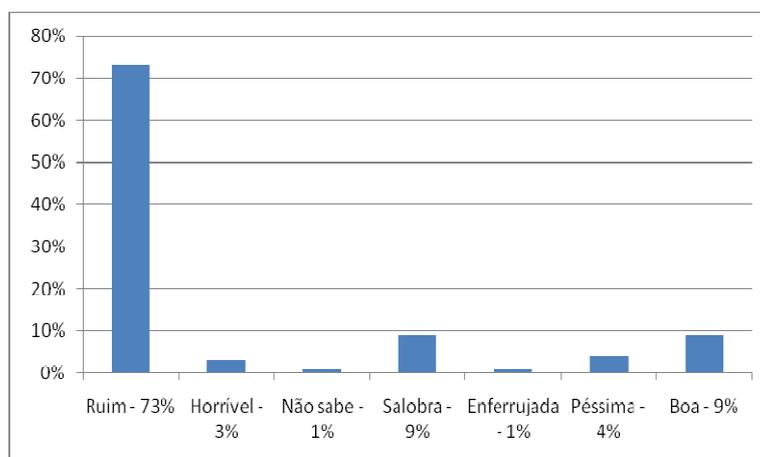


Figura 04: Qualidade da água anterior à cisterna
Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Ficou compreendido que o PIMC consegue diminuir drasticamente as longas caminhadas e o esforço – feito normalmente pelas mulheres - na busca pela ‘primeira água’. Além disso, se bem gerida (e isso não é uma tarefa tão difícil), a cisterna oferece uma água de boa qualidade, muito superior à das antigas fontes. Quanto ao uso dessa água, as respostas foram unânimes: as famílias utilizam para beber e cozinhar. Quando sobeja, usam-na como ‘segunda água’, demonstrando que o papel das UGM’s em Afogados da Ingazeira, no que diz respeito à capacitação em gerenciamento hídrico familiar, neste aspecto, tem sido eficaz.

Foi questionado se havia contaminação por algum fator exógeno à cisterna. A maioria respondeu que não (Figura 05), pois tinha um grande cuidado para não perder a água, que “é como ouro”, conforme disse um dos entrevistados. Entretanto foi detectada a presença de agentes poluidores ou passíveis de poluição como as rãs, que morrendo podem tornar a água imprópria para consumo. Mesmo assim, boa parte dos entrevistados não considerou o anfíbio como um poluidor. Vários moradores salientaram as visitas regulares dos agentes de saúde da prefeitura local que colocam cloro nos filtros e orientam sobre a melhor maneira de conservar a potabilidade da água.

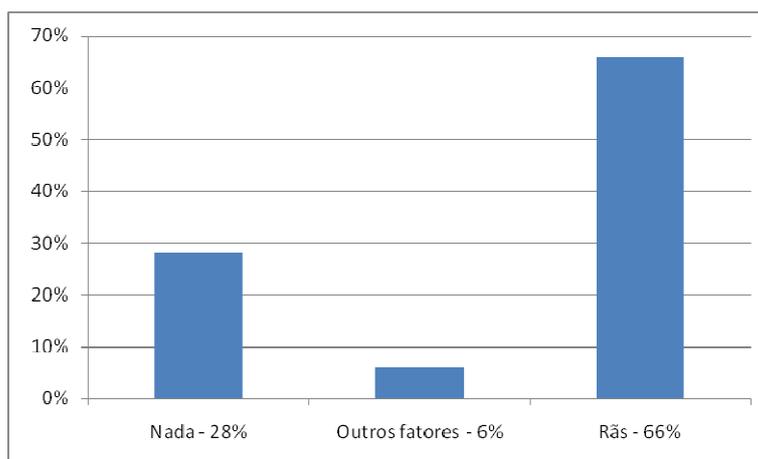


Figura 05: Agentes poluidores

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Alguns problemas pontuais foram vistos. Em uma residência, na comunidade Santo Antônio II, a água da cisterna ficou insalubre devido a uma doença num cajueiro contíguo a ela. Essa árvore soltou suas folhas para o telhado da casa e, ao chover, escoou para a cisterna, contaminando-a. Para outra família, a água ficou imprópria por um produto usado (tipo de cola) na tentativa de acabar com vazamentos. Quanto à questão de entrada de rãs, insetos ou outros animais, isso ocorre porque nem todas as tampas são bem fixadas, algumas não vedam a cisterna e outras quebram facilmente.

As famílias visitadas, em geral, não se importam com as rãs ou algum outro animal que venha habitar a cisterna. Acredita-se que seja necessário reforçar, nos encontros de formação, que animais podem ser agentes contaminadores. Os cursos de capacitação são momentos fortes, mas sempre é preciso avaliar e corrigir possíveis deficiências.

Quando perguntado se as famílias já perderam água da cisterna, apenas duas disseram que sim. O restante disse que, até o momento da entrevista, não perdeu água.

Sobre a questão dos vizinhos que não têm cisterna, nas comunidades onde isso foi presenciado, as famílias disseram que não há inimizade ou intriga por causa da cisterna. Ao contrário, sempre que os vizinhos pedem são prontamente atendidos. Algumas vezes, a água é oferecida antes do pedido. É algo complicado, pois pode ocorrer que as duas famílias fiquem sem água no período crítico da estiagem.

Uma outra indagação foi sobre uma possível intromissão e busca da conquista de votos ou outra influência política no processo que envolve a mobilização para conquista das cisternas, isto é, se antes ou após essa conquista, alguém visitou as famílias com o discurso tradicional de que o benefício fora obtido por seu influxo, tornando-se, por isso merecedor de credibilidade e, obviamente, de votos - novamente a retomada do paradigma dominante. As respostas convergiram para o que se pode considerar como um ótimo grau de politização dos moradores, fruto de uma boa participação e presença de entidades no Vale do Pajéu, como o STR, igrejas, CMNE, Diaconia, associações comunitárias, entre outras. Poucas foram as casas onde algum de seus membros não frequentava as associações de moradores. Por meio dessa participação, são conquistados alguns de seus direitos e benefícios, como as cisternas.

Sobre essa interferência, a Figura 06 mostra os resultados do questionário. É difícil concluir que todas as pessoas atuantes em programas sociais sejam apartidárias. A questão principal não é bem essa, mas o conhecido ‘tirar proveito da ocasião’, como é, infelizmente, praxe na política nacional. Mesmo assim, em

algumas famílias, ainda havia aquelas pessoas que consideravam que a cisterna foi ‘presente’ de determinado político “bondoso”.

A realidade percebida nas famílias visitadas é que, realmente, muitas delas desconhecem a verdadeira origem das cisternas, atribuindo-a às associações comunitárias e a seus respectivos líderes. É possível que algumas lideranças cooptem os louros da conquista para si, daí algumas pessoas afirmarem que foram esses que deram a cisterna.

Não se pode esquecer que é o Governo Federal quem, atualmente, repassa os recursos. Portanto, é uma questão delicada. O P1MC é uma política pública, fruto de uma conquista de que não pode se abster o reconhecimento do atual financiador, não como dívida, mas sim como um direito.

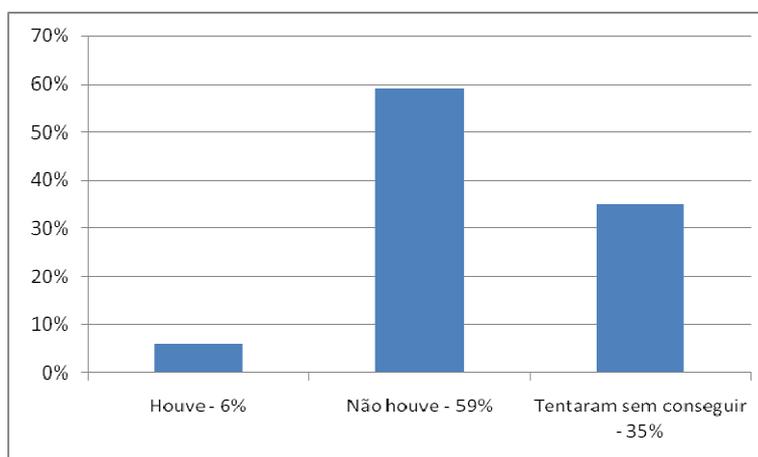


Figura 06: Intrusão de políticos

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Sobre a forma como as famílias conquistaram as cisternas é alto o grau de conhecimento (Figura 07), ou seja, elas sabem que, por exemplo, participando das associações de moradores, estarão conectadas às entidades que trabalham na implementação das cisternas e na conquista de outras soluções desejadas para suas vidas, embora isto não seja (nem possa vir a ser) condição para tal. A participação é importante, mas é necessário a espontaneidade, que não poderá ser motivo para qualquer exclusão.

Não foi percebida clareza quanto a identificação da origem das entidades que coordenaram e coordenam o P1MC afogadense, isto é, a Diaconia e, agora, a CMNE. Importante é ressaltar que existiram e existem outros programas de implementação de cisternas em Afogados da Ingazeira; portanto, facilmente encontram-se diversos tipos, como as do Projeto Miguel Arraes, do PDHC, da Prefeitura local e outras, antes mesmo da própria chegada do P1MC. Essa diversidade faz com que as famílias não fiquem bem atentas a qual foi a entidade gestora, estão mais preocupadas com a conquista da água.

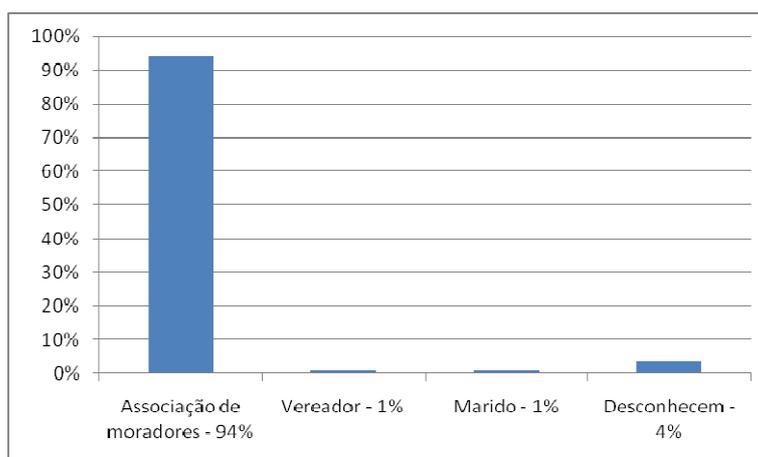


Figura 07: Conquista da cisterna

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Foi perguntado se a escolha das famílias ocorreu dentro de um processo considerado justo, sem escolhas pré-determinadas ou beneficiamento de algum pequeno grupo/família. A grande maioria respondeu que sim (Figura 08) e mesmo sendo um aspecto inovador bastante positivo, também foram

escutadas respostas de pessoas que não acreditavam na lisura do processo, como um depoimento de uma moradora de Sítio Umburana: “a coordenadora só dá a cisterna para quem ela acha que deve. Tem casa que tem três e outra que não tem nenhuma” (entrevistada em junho de 2009).

Quanto às reclamações, acredita-se que algumas famílias confundem as várias entidades que implementam cisternas, conforme explicitado acima. Por conta disso, pode existir mais de uma cisterna em uma mesma família. Outro motivo percebido foi a ‘disputa’ por liderança nas comunidades: um processo onde tecer comentários negativos sobre os adversários foi notado, daí as observações tendenciosas. Não se pode desconsiderar que alguma pessoa influente tenha conseguido, em casos atípicos, cisterna(s) fora das prioridades estabelecidas pelo P1MC.

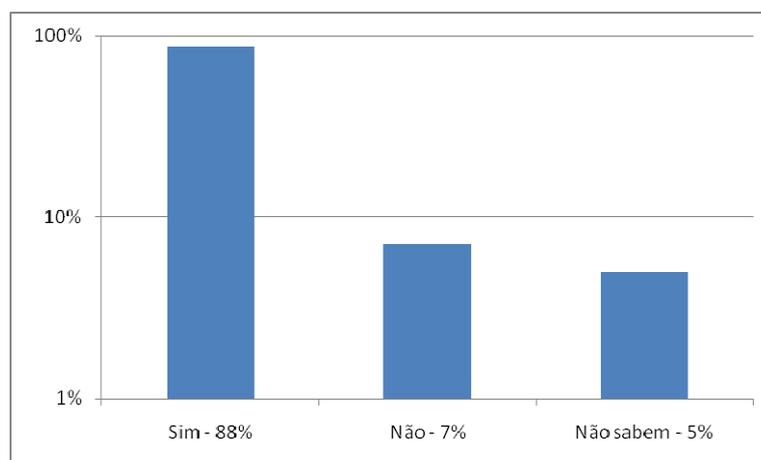


Figura 08: Processo justo de escolha das famílias

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Conforme informaram lideranças da diaconia e da CMNE, já estão sendo implementadas nas placas afixadas às cisternas, além da numeração, financiador, localidade, UGM etc., um telefone do MDS para denúncia (0800 707 2003), a fim de que as famílias tornem as UGMs cientes sobre possíveis manipulações, tentativa de compra de voto ou desvios de conduta dentro do Programa.

Nas atividades de campo, foi perceptível o espaço ocupado pelas mulheres nas comunidades. Em diversas famílias visitadas, quem mais participava das reuniões de capacitação e gestão do P1MC eram as mulheres, o que nos remete ao que Maciel (2007, p. 158) chama de “outra revolução”, isto é, uma revolução feminina no cotidiano, que se inicia no espaço família e amplia-se nas esferas da vida pública, tanto é que, durante a realização do trabalho, se reconhece sua importância.

Em Afogados da Ingazeira, essa participação se dá localmente, através das associações comunitárias existentes em praticamente todos os sítios. Inclusive, várias dessas associações são presididas por mulheres que perfazem um trabalho político, à medida que debatem as injustiças sociais e procuram soluções para as necessidades pessoais, familiares e comunitárias. Assim, os grupos comunitários são os primeiros passos para a inserção das mulheres no espaço público onde residem e atuam. E isso foi percebido como fator de muita alegria e realização por parte das atuantes.

Além do exercício das lideranças comunitárias, a valorização feminina ocorre com a redução do esforço físico devido à implementação das cisternas. Em várias famílias entrevistadas, as mulheres comentaram a dificuldade que era buscar água de má qualidade longe do lar. Agora, elas a possuem a um passo de casa. Também foi observado que existem mulheres capacitadas como pedreiras pela Diaconia e que têm uma renda extra, trabalhando na construção de cisternas.

Outro assunto questionado foi sobre qual o maior benefício que uma cisterna pode trazer para as famílias do semiárido. Algumas respostas variaram, outras estavam associadas. O que pode ser comprovado nas famílias é aquilo que lideranças da CMNE e a Diaconia preconizam como o maior ganho: melhoria na saúde. Diversas famílias disseram que principalmente as crianças tinham muita diarreia por causa das águas salobras, conforme depoimentos de moradoras de Sítio Santo Antônio II, em maio de 2009: “eu e meus filhos só vivia com dor de barriga, agora nunca mais nós teve”. Em Curral Velho dos Ramos uma família disse que “com a chegada da cisterna, ninguém adoeceu mais de dor de barriga”.

Considera-se, então, que a saúde das famílias, a partir de ingestão de água de boa qualidade, é um dos maiores proveitos do P1MC para os sertanejos afogadenses. Daí a necessidade de implementação de melhores políticas de saúde.

Diante do processo de mobilização e de conquista da cisterna, foi perguntado às famílias quais as “prioridades pós-cisternas”. A Figura 09 mostra as reivindicações:

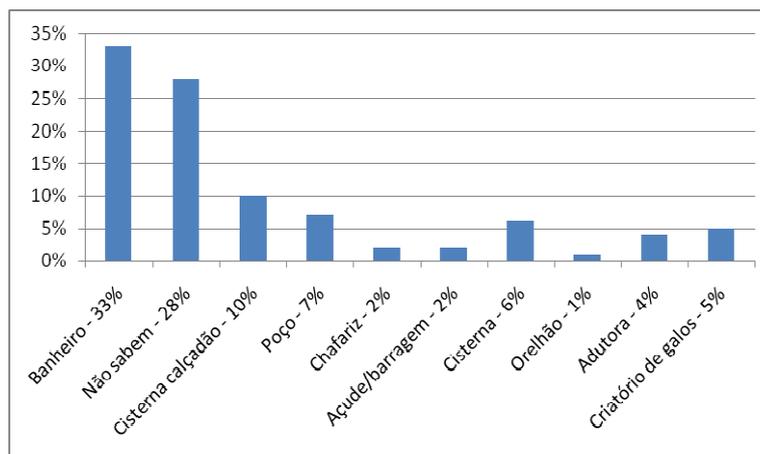


Figura 09: Prioridades
Fonte: Pesquisa direta, 2009

Algumas pessoas não souberam dizer qual a prioridade e outras disseram que estava tudo muito bem, não sendo necessário mais nada. A grande maioria, porém, sempre tinha algo a dizer. Uma das principais queixas é com relação à demora do projeto dos banheiros anelares de cimento, que está sendo implementado pela Diaconia em parceria com o PDHC, que considera o saneamento básico muito aquém do desejável no semiárido (DIACONIA, 2007). As famílias têm uma grande urgência por estes banheiros, que são uma ótima obra de tecnologia social, melhorando as condições sanitárias dos moradores que os tem.

As famílias entrevistadas também reivindicavam a construção de mais cisternas, pois, como foi visto, há uma defasagem e um anseio no município. As cobranças, em geral, são feitas nas comunidades cujos moradores possuem laços próximos de parentesco com pessoas das residências onde há cisterna, pois muitos integrantes das famílias se desmembram para formarem casais, constituindo uma outra família, e não há cisterna na casa do novo casal, que continua a consumir a água da casa dos pais. Outros casos são relacionados ao êxodo e seu regresso. As pessoas, quando voltam, querem reconstruir seu lar e necessitam das condições de infraestrutura.

Foram reclamadas a ausência e uma melhor construção de cisternas de calçadão, capazes de acumular até 52 mil litros de água, outra tecnologia social desenvolvida pela Diaconia no sertão do Pajeú, a fim de utilizar a água notadamente para agricultura.

A construção de cisternas de calçadão pela Diaconia faz parte do Programa Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que tem foco na discussão da produção de alimentos no sertão a partir do manejo sustentável da terra e da água, buscando promover segurança alimentar e geração de renda para as famílias. Entre as ações previstas está a construção das cisternas de calçadão (DIACONIA, 2008), comentadas nas entrevistas.

No âmbito das entidades, as prioridades giram em torno do crédito obtido através do PRONAF. Para além das cisternas, há muito o que se conquistar. Nisso, vê-se dois aspectos: o proposto pelas famílias e os programas em construção, como o P1+2. Dessa maneira, remete-se a Claval (1997): o sistema de propriedade da terra no Brasil faz com que o desenvolvimento seja observado como uma questão de acesso das pequenas comunidades à terra, pois essa continua sendo uma variável estratégica, um elemento de *status* social, um bem de consumo e um fator de produção. Por isso a intensa luta pela terra.

Percebe-se que é um desafio enorme, mesmo porque, conforme discutido, o P1MC ainda está longe de cumprir sua meta. Vê-se, entretanto, que é plenamente possível a apropriação do ‘novo’ discurso da convivência, porém esse nem sempre corresponde à realidade. Afinal, rupturas são processos lentos e gradativos. É necessário um olhar crítico para se perceber quando existe uma oratória camuflada, sofismática ao invés de novas concepções voltadas para o interesse coletivo.

As mudanças paradigmáticas estão ocorrendo, mas o discurso do combate ainda está muito enraizado não apenas política, mas socioculturalmente. Mesmo assim, como bem

coloca Zaindan Filho (2001), ocorre hoje uma regeneração cívica e ética do tecido social das comunidades que habitam o semiárido do Nordeste, onde ações pedagógicas e organizacionais – além do gerenciamento de recursos hídricos promovidos por uma vasta rede – vêm transformando o estigma da miséria, do clientelismo e do assistencialismo, responsável pela reprodução da oligarquia e do governo.

Não se pode, contudo, virar as costas para a necessidade da elaboração e implementação de políticas públicas com o intuito de combater as desigualdades sociais sem os velhos hábitos condenados. Afinal, a democratização socioeconômica em vigência pode levar a um avanço civilizatório que extinga o analfabetismo, a fome e até mesmo a indigência, impensável até bem pouco tempo atrás. Como ressalta Novy (2009), pela primeira vez há no país um estado que flerta com a universalização dos direitos sociais, oferecendo oportunidades reais de superação de diversas dependências e que, aliado às lutas e à mobilização no semiárido, tem o efeito de erguer as contradições sociopolíticas a um patamar mais elevado.

É necessário, contudo, um severo acompanhamento por parte das lideranças sociais, comunitárias e de quem se considerar chamado para intimidar, denunciar ou mesmo coibir as práticas seculares ainda impregnadas no cotidiano político do semiárido. Há um clamor imperativo: novas mentalidades, novas práticas, mas também existe a apropriação inadequada de alguns valores que não merecem mais espaço.

1. AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n. 36, p. 07-59, mai/ago. 1999.
2. _____. Os sertões: a originalidade da terra. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 03, n. 18, p. 12-56, mai/jun. 1985.
3. ALVARGONZALEZ, R. *O desenvolvimento do Nordeste árido*. Fortaleza: DNOCS, 1984
4. ALVES, J. *História das secas*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1953.
5. ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. Recife: EDUFPE, 1998.
6. _____. *O Nordeste e a nova República*. Recife: ASA Pernambuco, 1987.
7. ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Programa de formação e mobilização social para convivência com o semi-árido: um milhão de cisternas rurais (PIMC)*. 2003. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>> Acesso em 17.mai.09.
8. _____. *Cisternas rurais construídas*. 2010. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>> Acesso em 07.mar.2010.
9. BRAGA, O. R. Educação e convivência com o semi-árido: introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semi-árido brasileiro. In: KÜSTER, Â.; MATTOS, B. H. O. M. *Educação no contexto do semi-árido brasileiro*. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2004, p. 25-44.
10. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Base Cartográfica Brasil pelo Milionésimo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
11. _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Cidades@ 2007*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 15.abr.09.
12. CASTRO, I. E. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: _____.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org) Brasil. *Questões atuais da reorganização do território*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 283-323.
13. CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável. In: _____. (Org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 3. ed. Recife: Cortez, 2001, p. 21-40.
14. CAVALCANTI, E. *Para compreender a desertificação*. Recife: FUNDAJ, 2003.
15. CLAVAL, P. A geopolítica e o desafio do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 457-470.
16. CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Fortaleza: BNB, 2007.
17. CIRILO, J. A.; FERREIRA, J. P. L.; CAMPELLO NETTO, M. S. C. Aspectos gerais das regiões semi-áridas, áridas e processos de desertificação. In: _____. et al. (Org) *O uso sustentável dos recursos hídricos em regiões semi-áridas*. Recife: EDUFPE, 2007, p. 19-31.
18. COELHO, J. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis: Vozes, 1985.
19. DEMO, P. *Participação é conquista*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
20. DIACONIA. *Convivendo com o semi-árido. Construção de banheiro redondo*. Série Compartilhando experiências, n. 04. Recife: Diaconia, 2007.

21. _____. Convivendo com o semi-árido. *Construção da cisterna de calçada 52.000 litros*. Série Compartilhando experiências, n. 05. Recife: Diaconia, 2008.
22. DIAS, A. V. F. *Complexidade, desenvolvimento sustentável, comunicação: o Programa Um Milhão de Cisternas em comunidades do Ceará*. Fortaleza, 2004. 200 p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará.
23. FURTADO, C. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967
24. _____.; MOLION, L. C. B.; AB'SABER, A. N. *Nordeste: o tempo perdido*. Recife: ASA Pernambuco, 1986.
25. GALINDO, W. C. M. *Intervenção rural e autonomia: a experiência da Articulação no Semi-Árido (ASA) em Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2008.
26. GNADLINGER, J. Apresentação de técnica de diferentes tipos de cisternas construídas em comunidades rurais do semi-árido brasileiro. In: 1º SIMPÓSIO SOBRE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. 1997. *Anais ...* Petrolina, 1997. 1 CD-ROM.
27. GOHN, M. G. *Os sem-terra, ONG's e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
28. GUERRA, P. de B. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.
29. MACAMBIRA, D. M. O semi-árido nordestino: estratégias para o desenvolvimento sustentável. *Princípios*, São Paulo, v. 83, p. 33-38, 2006. Disponível em: <http://vermelho.org.br/museu/principios/antiores.asp?edicao=83&cod_not=925> Acesso em: 11 mai 2009.
30. MACIEL, E. N. Mulheres na periferia urbana: gerando pequenos negócios. In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. *Ciências sociais: temas contemporâneos*. Vol. 2: trabalho e movimentos sociais. Passo Fundo: EDUPF, 2007, p. 154-190.
31. NÉRI, Â. O. *et al.* Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada: Educação para a convivência com o semi-árido. In: KÜSTER, Â.; MATTOS, B. H. M. *Educação no contexto do semi-árido brasileiro*. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2004, p. 131-138.
32. NOVY, A. Política e economia, outra vez articuladas. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano 3. n. 27, out, 2009, p. 06-07.
33. ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: _____.; ALMEIDA FILHO, N. (Org). *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. São Paulo: Alínea, 2007, p. 93-121.
34. PINTO, O. A. S. *Dom Sertão, Dona Seca*. João Pessoa: A União, 2002.
35. POCHMANN, M. *O desafio da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.
36. RIBEIRO, W. C. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.
37. RIBEIRO, R. W. *Seca e determinismo: a gênese do discurso do semi-árido nordestino*. In: Anuário do Instituto de Geociências (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 22, p. 60-91, 1999.
38. SILVA, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido*. Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2008.
39. SOUZA, I.; MEDEIROS FILHO, J. *Os degradados filhos da seca*. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
40. UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION – UNCCD. 1997. Disponível em <<http://www.unccd.int/>> Acesso em: 05.mai.09.
41. ZAIDAN FILHO, M. Seca e cidadania. In: BATISTA FILHO, M. *Viabilizações do semi-árido nordestino*. Recife: IMIP, 2001, p. 08-11.